



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA N.º 2/2018/CONSUP/IFTO, DE 17 DE MAIO DE 2018.

1 Ata da segunda reunião extraordinária de 2018 do Conselho Superior do
2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. No dia 17
3 de maio de 2018, às 8h40, no Auditório I da Reitoria do IFTO, na Avenida Joaquim
4 Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, conjunto 1, lote 8, Palmas, Estado do Tocantins,
5 reuniu-se, sob a presidência do magnífico reitor Antonio da Luz Júnior, o Conselho
6 Superior do IFTO, composto pelo reitor, como presidente; pela representação de um
7 terço do número de *campi* destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de dois
8 e o máximo de cinco representantes, e igual número de suplentes; pela representação
9 de um terço do número de *campi* destinada ao corpo discente, e igual número de
10 suplentes; representação de um terço do número de *campi* destinada aos servidores
11 técnico-administrativos, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco representantes
12 e igual número de suplentes; por dois representantes dos egressos e igual número de
13 suplentes; por seis representantes da sociedade civil e igual número de suplentes; por
14 dois representantes do setor público e/ou empresas estatais designados pela Secretaria
15 de Educação Profissional e Tecnológica; um representante e um suplente do
16 Ministério da Educação, designados pela Secretaria de Educação Profissional e
17 Tecnológica; representação de um terço dos diretores-gerais dos *campi*, sendo o
18 mínimo de dois e o máximo de cinco e igual número de suplentes. Foi registrada a
19 presença dos representantes do Colégio de Dirigentes Cristiano Fernandes Mateus,
20 primeiro titular; Marcelo Alves Terra, segundo titular; Nayara Dias Pajeú
21 Nascimento, terceira titular; Edilson Leite de Sousa, segundo suplente; dos
22 representantes dos servidores docentes Carina Aparecida Lima de Souza, primeira
23 titular; Cláudio de Sousa Galvão, segundo titular; Marcus André Ribeiro Correia,
24 terceiro titular; Márcia Cristina Gonçalves Gomes, quarta titular; dos representantes
25 dos servidores técnico-administrativos Diogo Carvalho dos Santos, primeiro titular;
26 Rafael Pereira Soares da Rocha, segundo titular; Wily Rosário da Silva, terceiro
27 titular; William de Sousa Dias, quarto titular; dos representantes dos discentes
28 Fernando de Paula e Silva, primeiro titular; Rafael de Jesus Costa, segundo titular;
29 Milene Ana Silva Araújo Wermuth, terceira titular; Ramon de Castro Silva, primeiro
30 suplente; Luís Henrique Cirqueira da Silva, quarto suplente; dos representantes dos
31 egressos Estéfane Lara Lopes Rodrigues, primeira titular; Miquéias Alves da Rocha
32 César, segundo titular; da representante titular da Federação dos Trabalhadores
33 Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins – Fetaet –,
34 Ruth Caetano Cardoso; do representante suplente do Sindicato dos Trabalhadores em
35 Saúde no Estado do Tocantins – Sintras –, Neirton José de Almeida; do representante
36 suplente da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia,
37 Turismo e Cultura – Seden –, Emílio Ninow; da representante titular da Federação do
38 Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Tocantins – Fecomércio –,
39 Dirce Betânia de Oliveira Faustino; da representante da Secretaria Estadual de

Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária – Seagro –, Érika Jardim da Fonseca. Inicialmente, o presidente agradeceu a presença de todos, conferiu o quórum e declarou aberta a sessão. Na oportunidade, agradeceu aos conselheiros integrantes do Biênio 2017-2019 pela representatividade na reunião do Consup, e expôs a todos sua satisfação em presidir a primeira reunião como presidente do conselho e reitor do Instituto, responsabilidades assumidas em 2 de maio de 2018. Informou que a nova gestão está inteirando-se das situações institucionais, com o intuito de desenvolver tudo aquilo com que se comprometeu e auxiliar a instituição na perspectiva de crescimento e fortalecimento com a prestação de serviço à comunidade do IFTO. Na sequência, procedeu-se aos informes gerais. Antonio informou sua participação na 84ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Conif –, realizada em Rio Branco - AC, nos dias 8 a 10 de maio de 2018, e notificou ainda a participação significativa do Ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva. Comentou sobre os temas abordados na reunião, orçamento 2018 e perspectivas para o orçamento de 2019. A respeito do orçamento 2018, comunicou o compromisso do Ministro da Educação que nos assegura um repasse de 100% (cem por cento) do previsto na matriz orçamentária de custeio para a manutenção das unidades da instituição, com liberação total prevista para até setembro de 2018. Afirmou que o compromisso do ministro, apesar de ser uma boa notícia, pois minimiza as dificuldades de algumas unidades, infelizmente não sana os problemas de todas elas, pois, com os sucessivos cortes orçamentários sofridos nos últimos anos, algumas unidades da instituição não têm hoje, mesmo com a liberação de 100% (cem por cento) do orçamento de custeio, a perspectiva de que só com o orçamento próprio conseguirão custear todas as despesas até o final do ano. Mencionou que, além de abordado no Conif, o tema foi também tratado na reunião do Colégio de Dirigentes – Codir – do dia 15 de maio de 2018. Em momento seguinte, informou o comprometimento de cada gestor em realizar um levantamento com o cenário real da sua unidade para apresentação na segunda reunião do Colégio de Dirigentes de 2018 no início de junho. Tal apresentação visa à difusão de dados concretos para que, de posse deles, o Instituto trace uma estratégia institucional para que todas as unidades tenham a condição de manter os serviços oferecidos à comunidade até o fim do ano, com maior tranquilidade. Com a promoção dessa discussão e definição do cronograma, espera-se apresentar como ponto de pauta para a próxima reunião ordinária do Conselho Superior – Consup –, em 21 de junho de 2018, a estratégia a ser adotada em relação ao remanejamento orçamentário para contemplação de todos os serviços em todas as unidades, antes de cogitar a suspensão de qualquer um deles. Com relação ao orçamento 2019, Antonio advertiu aos conselheiros que, apesar do cenário animador, entende que ainda estamos condicionados ao limite do teto do gasto público, sem perspectiva de crescimento orçamentário significativo além do ajuste conforme a inflação; contudo, a mudança da sistemática de composição da matriz orçamentária impactará, neste primeiro momento, todas as unidades. Explicou que até então a matriz orçamentária era composta com base nas informações fornecidas pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – Sistec. Cada unidade registra os estudantes no Sistema Acadêmico – Siga –, para controle acadêmico; registra também no Sistec, que é o sistema oficial da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec –, para acompanhamento das matrículas e volumes de estudantes registrados em cada instituição. Para o controle acadêmico, as instituições podem optar por quaisquer outros sistemas de controle que não o Siga. O IFTO adota o Siga; há institutos que adotam outras plataformas, mas a plataforma oficial do governo tem sido o Sistec. Explicou como a composição da matriz era feita até então: fazia-se a extração das informações do segundo semestre do ano anterior e do primeiro

92 semestre do ano em curso, ou seja, a expectativa é que a matriz de 2019 fosse
93 representada pelas informações do segundo semestre de 2017 e o primeiro semestre
94 de 2018, considerando-se o número de estudantes, para definição do orçamento a ser
95 disponibilizado a cada unidade do IFTO. Porém, o governo definiu que adotará outra
96 sistemática, não mais utilizando as informações do Sistec. Com essa mudança, serão
97 utilizadas as informações da plataforma Nilo Peçanha. A grande diferença, apesar de
98 todas as plataformas apresentarem o mesmo conteúdo – estudantes matriculados –, é
99 que a plataforma Nilo Peçanha versa apenas sobre informações do ano anterior; neste
100 caso, as informações se referem aos períodos de 2017/1, 2017/2. Assim, tal
101 plataforma não contempla informações do ano de 2018. Inicialmente, durante a fase
102 de adaptação, o impacto vai ser maior devido às adequações necessárias a esta nova
103 realidade. Antonio mencionou que acredita que, em dois ou três anos de utilização
104 desta sistemática, o Instituto já estará adaptado e essa mudança não representará mais
105 impacto. A título de esclarecimento, o presidente do Consup preveniu a todos que as
106 unidades com ingressos, abertura ou ampliação de turmas no ano de 2018 não terão
107 esses estudantes contabilizados na sua matriz de 2019, devido à mudança da fonte de
108 informações para plataforma Nilo Peçanha, que só versa sobre a realidade de 2017.
109 Os estudantes que ingressaram em 2018/1 só serão contabilizados, para efeito de
110 orçamento institucional, no orçamento de 2020. Explicou que a despreparação das
111 unidades frente a esta situação, ocasionada pela mudança de plataforma, pode
112 acarretar-lhes prejuízo, pois pode ocorrer de a unidade aumentar a oferta de cursos e,
113 em um cenário de dificuldade, ter de manter esses cursos em andamento com o
114 orçamento reduzido por mais um ano. Antonio informou que, antecipando-se a essa
115 questão, iniciou tratativas sobre o assunto, para que os gestores planejem e se
116 adaptem ao cenário atual, e para que os conselheiros também consigam compreender
117 o momento de instabilidade econômica e financeira pelo qual a instituição passará.
118 Encerrou o assunto afirmando que esta adaptação é necessária. Ainda nos informes,
119 Antonio expôs que, pela posição do Conif, a movimentação com o propósito de
120 minimizar o impacto em cada unidade se dará através da ampliação do piso
121 orçamentário (valor-base) para aqueles *campi* que estão em fase de expansão, ou seja,
122 aquelas unidades que ainda não completaram cinco anos. Essas unidades terão um
123 implemento no seu orçamento, percentualmente definido, para que a situação dos
124 estudantes ingressantes em 2018 seja contemplada. Antonio advertiu que essas
125 instituições que ainda estão em fase de expansão, ou seja, não completaram cinco
126 anos, são prioritariamente aquelas que estão ampliando o número de oferta de vagas;
127 por isso, serão as mais impactadas, justificando, assim, o implemento no orçamento,
128 na tentativa de auxiliá-las. Já as unidades com mais de cinco anos, mesmo tendo
129 abertos novos cursos, não serão contempladas neste momento, e só receberão o
130 retorno financeiro no orçamento de 2020. Nessa oportunidade, Antonio enfatizou a
131 importância da ciência dos conselheiros e dos dirigentes quanto à situação
132 mencionada. Comentou também sobre a autorização do Ministério da Educação para
133 contratação de profissionais terceirizados para auxílio no atendimento aos estudantes
134 com necessidades específicas nas unidades. Mencionou a dificuldade de algumas
135 unidades que têm recebido estudantes com deficiências auditiva e visual, déficit de
136 aprendizado e várias outras situações que demandam auxílio e atendimento
137 específicos. Mencionou que esta é uma dificuldade real que as unidades estão
138 enfrentando em razão da despreparação de servidores efetivos para o auxílio e a
139 prestação do atendimento necessário a esses estudantes. Informou que os gestores já
140 foram certificados da autorização, e explicou o procedimento a ser adotado: cada
141 unidade deverá justificar a necessidade do profissional solicitado, caracterizando o
142 estudante, sua necessidade específica e o perfil do profissional que irá auxiliá-lo. O
143 processo deverá ser aberto no *campus*, enviado à Reitoria e remetido ao MEC, que

expedirá uma autorização específica para que seja contratado o profissional requisitado. Antonio enfatizou que o custeio da contratação desse profissional é do *campus*; ou seja, o Ministério não fornecerá recurso adicional para a contratação. Desse modo, o *campus* terá a autorização para contratar, desde que arque com os custos. Essa informação foi discutida com os gestores, para que os mesmos façam esta análise nos *campi*, estabelecendo as necessidades de acordo com a realidade de cada um. O presidente encerrou o assunto destacando acreditar que essa autorização proporcionará avanços nos serviços prestados aos estudantes. Em momento seguinte, Antonio notificou que os temas até então informados provavelmente foram os principais abordados na reunião do Conif, e prosseguiu com os demais informes relativos às ações empreendidas nos primeiros dias da nova gestão. Informou sobre a continuidade da elaboração da revisão do Regimento Geral da Instituição que já estava em curso há quase dois anos, sendo prevista sua conclusão em 18 de maio de 2018 e disponibilização para avaliação e contribuição da comunidade. Informou ainda que o documento depois de revisado será encaminhado à Procuradoria Federal junto ao IFTO para verificação da legalidade, e em seguida encaminhado ao Consup para deliberação das alterações propostas. Salientou que as alterações versam sobre as operações que estruturam a Reitoria, com a versão da nova estrutura, criação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis – Proae -, e supressão da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional – Prodi -, alterações de responsabilidades e atribuições dentro da estrutura da unidade Reitoria. O presidente do Consup informou que a instituição tem trabalhado com a estrutura atualmente existente e aprovada, até que haja autorização do Conselho Superior para implementar as organizações mencionadas. A expectativa é que para a próxima reunião do conselho, em junho, seja possível a disponibilização do documento aos conselheiros para deliberação. Prosseguiu inteirando os conselheiros da reunião do dia anterior com os gestores das unidades, conferindo destaque às unidades que pretendem ofertar o curso de Engenharia Agrônoma: *Campus* Colinas do Tocantins, *Campus* Porto Nacional, *Campus* Avançado Pedro Afonso, *Campus* Avançado Lagoa da Confusão e *Campus* Palmas; dessa reunião também participou o gestor do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia. Explanou o porquê de promover esta discussão com os gestores, a participação da Pró-reitoria de Ensino e de professores presentes. Disse que atualmente o IFTO tem dois *campi* ofertando o curso em discussão, *Campus* Araguatins e *Campus* Dianópolis, e mencionou a proposta em construção para oferta de mais cinco cursos de Engenharia Agrônoma dentro do Instituto Federal do Tocantins. Antonio discorreu sobre a preocupação inicial em relação à proposta, qual seja entender se dentro do contexto do Estado do Tocantins a instituição tem espaço para todas essas ofertas de vagas com esta formação e os impactos na instituição e no trabalho de todos os envolvidos. Antonio informou que na reunião cada gestor apresentou o cenário e a perspectiva da sua unidade e o porquê de desejar a oferta. Foi fixado o prazo-limite até o final do mês de junho de 2018 para que todos esses planos sejam conclusos e remetidos à Reitoria. Foi solicitado também que esses diretores busquem uniformizar na medida do possível as matrizes curriculares para que se possibilite a mobilidade do aluno no âmbito do IFTO. À Diretoria de Planejamento e à Diretoria de Ensino Superior caberá a análise de cenário quanto aos impactos da implantação de todos esses cursos, tanto do ponto de vista do trabalho quanto do ponto de vista orçamentário e financeiro nas unidades, ou seja, quanto de custeio será necessário para manter todos esses cursos e quanto isso impactará em aumento orçamentário no IFTO, observando os percentuais de oferta de cursos do ensino médio e superior tanto na modalidade licenciatura, quanto nas demais modalidades que são exigências legais. Antonio reafirmou que a gestão pretende conduzir a análise de modo conjunto e aberto em todas as comunidades.

196 Aprovadas as solicitações de abertura de cursos, todos estarão conscientes de que é
197 possível sustentá-los a médio e longo prazo. Antonio afirmou que não há dúvidas,
198 pelo menos da sua parte, de que, inicialmente, durante o primeiro ciclo de formação,
199 que são os primeiros cinco anos, há sustentabilidade para todas essas formações.
200 Nesta perspectiva, o IFTO passaria a ofertar 365 vagas anuais para o curso de
201 Engenharia Agrônômica no Estado, um número que trará impacto e por isso a
202 preocupação da gestão em conduzir esta análise. Para o ciclo de cinco anos, a oferta
203 parece sustentável, mas, para dez ou quinze anos, é preciso avaliar como manter essa
204 sustentação. Antonio disse que entende que, após montada essa configuração,
205 dificilmente será possível alterar os perfis de oferta de cursos nas unidades em que os
206 cursos forem efetivados, inviabilizando outros direcionamentos. Expressou o objetivo
207 de trazer esse assunto ao conselho, afirmando que os conselheiros devem se apropriar
208 dessas informações para que a instituição tenha segurança quanto a essa decisão,
209 com a participação do conselho quanto à deliberação sobre a viabilidade de todos
210 esses cursos. Reafirmou seu pedido de que todos analisassem em conjunto, pois, caso
211 contrário, a votação um a um dificultaria a percepção do volume; pontuou que a
212 avaliação em conjunto facilita a análise do contexto geral e dos impactos. A
213 perspectiva é de que o conselho trate da questão na reunião de agosto de 2018. Com a
214 palavra, a conselheira Érika, representante da Secretaria Estadual de
215 Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária – Seagro -, sugeriu que a solicitação
216 formal do parecer à secretaria com relação às informações, viabilidade e
217 entendimento da Seagro quanto à necessidade ou não dos cursos seja feita de
218 imediato, possibilitando, assim, que a secretaria subsidie a instituição e colegas
219 conselheiros da melhor forma na decisão. Antonio agradeceu a disposição da Seagro
220 em contribuir e se comprometeu em providenciar a solicitação o quanto antes. Ainda
221 sobre ações que estão sendo executadas no início da gestão, Antonio informou que o
222 cronograma das visitas às unidades da instituição terá início na próxima semana. O
223 objetivo é a aproximação da gestão com todas as unidades no menor espaço de
224 tempo. Reitor, diretores técnicos e pró-reitores se dividirão em dois grupos e visitarão
225 todas as unidades. Todas as unidades do IFTO receberão representantes da equipe,
226 mas não necessariamente serão visitadas por toda a equipe. Primeiramente,
227 os *campi* Araguaatins, Araguaína, Colinas do Tocantins e o *Campus* Avançado Pedro
228 Afonso serão visitados por um dos grupos de representantes da equipe, enquanto
229 os *campi* Dianópolis, Gurupi, Avançado Lagoa da Confusão e Avançado Formoso do
230 Araguaia pelo outro grupo. Para os *campi* Paraíso do Tocantins e Porto Nacional e a
231 Reitoria, será realizada uma visita de todos os representantes da equipe, devido à
232 facilidade de deslocamento. Na sequência, ocorrerá a inversão dos
233 grupos/*campi* (regiões Sul/Norte) para a execução total do cronograma quanto às
234 visitas. Antonio enfatizou que a dinâmica a ser adotada não será a de reuniões gerais,
235 à exceção das visitas realizadas por ele às unidades, as quais contarão com a
236 participação de estudantes, servidores e comunidade externa; já os pró-reitores e
237 diretores buscarão ter discussões mais pontuais com todos os envolvidos diretamente
238 nos assuntos, de modo a tornar as visitas mais produtivas e possibilitar o
239 conhecimento e principalmente a abertura de espaço para que os membros da
240 comunidade IFTO possam apresentar seus problemas e necessidades, e
241 conjuntamente traçarem caminhos para solucioná-los. Como último informe, o reitor
242 Antonio da Luz aproveitou a audiência da comunidade e comentou sobre a
243 publicação do edital via unidade Reitoria para fomento através do Pró-qualificar na
244 modalidade recurso. Salientou que talvez alguns colegas não tenham compreendido
245 exatamente a motivação do edital, e, em virtude disso, esclareceu as dúvidas
246 levantadas através de breve histórico para que todos os conselheiros compreendessem
247 melhor a iniciativa. Iniciou a explanação citando a existência do regulamento que

possibilita o auxílio aos servidores que estão em capacitação, tanto na modalidade bolsa como na modalidade reembolso. Afirmou que para a modalidade bolsa são contemplados todos aqueles que estudam em instituição pública ou privada, e para a modalidade reembolso da mensalidade apenas aqueles que cursam em instituição privada, para formação em nível de graduação ou pós-graduação, conforme previsto no regulamento. Antonio lembrou que cada *campus* deverá publicar o edital e custear as despesas dos seus servidores, e que o IFTO já trabalha desta forma há pelo menos três ou quatro anos. A cada ano ou semestre cada unidade tem a sua dinâmica com base no seu orçamento para publicar ou não o edital e contemplar ou não o seu conjunto de servidores. Antonio explicou a diferença do atual edital publicado pela unidade Reitoria, o qual visa contemplar todas as unidades do IFTO com o custeio da própria unidade Reitoria, ou seja, não há nenhum tipo de interferência na autonomia dos *campi* quanto às suas publicações de editais, tendo sido realizada apenas uma ação específica com o custeio da unidade Reitoria, devido à percepção do número de servidores que precisam ser contemplados e que não foram atendidos em ações anteriores nas suas unidades. Algumas unidades não têm publicado há algum tempo editais na modalidade reembolso e, em virtude disso, servidores que estudam em instituições privadas, principalmente servidores técnico-administrativos, não têm sido contemplados nos editais. Mais especificamente, hoje no IFTO temos 74 servidores sem graduação, servidores com formação máxima de nível médio. Tal fato representa a baixa remuneração mensal desses servidores. Para esses servidores, o auxílio de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais é significativo para o custeio da graduação, além da representação salarial após a conclusão do curso com a concessão do reajuste de 25% (vinte e cinco por cento) do salário. Com base neste contexto, o edital específico foi publicado e será custeado pela unidade Reitoria a todos os servidores do IFTO que não possuem ainda graduação. Outro diferencial do edital específico mencionado é a possibilidade de o servidor se inscrever, ser contemplado e ter, como prazo para comprovar a matrícula, até o final do mês de julho, quando iniciará efetivamente o pagamento. Até então, os editais previam que os servidores deveriam já estar matriculados para concorrer ao edital; com esta alteração prevista no novo edital, o servidor que não se matriculou porque não tinha como arcar com as despesas pode se matricular e apresentar a comprovação e iniciar o curso. Muitos desses servidores já estão da metade para o final da carreira, em vias de se aposentar, e este auxílio, neste momento, representará um benefício considerável após a sua aposentaria. Antonio reforçou que foi devido a todo esse contexto que o edital específico foi publicado, e que todos os gestores foram alertados quanto à manutenção das condições de publicações de editais outros com o custeio das suas unidades, com o objetivo de contemplar as demais modalidades. Desta forma, cada unidade tem autonomia para publicar editais que contemplem servidores que cursem especialização, mestrado ou doutorado. Antonio justificou ainda que a Reitoria não contemplou a todas modalidades no referido edital por falta de condições de custear público bastante amplo. A ação específica foi realizada devido à percepção de que este conjunto de servidores não estava sendo contemplado em outras ações, e foram identificados como prioritários, por representarem impacto significativo, ainda que o volume dos servidores contemplados não seja tão expressivo dentro do número de mais de 1300 (mil e trezentos) servidores da instituição. Mas o impacto financeiro para eles será muito significativo se os considerarmos prioritários nesta ação pontual fomentada pela unidade Reitoria. Antonio informou que foram publicadas 20 vagas, e reforçou que o objetivo da oferta desse número de vagas é atender à demanda que se apresentará conforme anseio dos servidores, e preveniu que dentro do universo de 74 servidores, provavelmente, não haverá adesão de cem por cento. Informou a todos os conselheiros que uma ação de comunicação será iniciada, estabelecendo contato

300 direto com os 74 servidores, explicando o edital, como eles devem proceder, o tempo
301 que terão para escolha do curso, matrícula e comprovação desta para o início do
302 recebimento do benefício, e comunicou o comprometimento da instituição em
303 contemplar a todos os inscritos, mesmo que este volume seja maior do que o de vagas
304 ofertadas, reafirmando o objetivo de que, no IFTO, todos os servidores tenham no
305 mínimo a graduação, e, com o alcance desse patamar, o Instituto buscará elevar todos
306 ao nível de especialização, e assim por diante, priorizando aqueles cujo impacto
307 financeiro se revelar mais expressivo. Adicionalmente, para o próximo Processo
308 Seletivo Unificado, Antonio comunicou a intenção da gestão em sensibilizar todas as
309 unidades que possuem cursos superiores a ofertarem vagas específicas para os
310 servidores do IFTO. Aqueles que não puderem ou não se interessarem pela
311 contemplação no edital atual terão a oportunidade em breve de concorrerem a vagas
312 específicas nos cursos de graduação no IFTO, podendo fazê-la na sua própria unidade
313 de trabalho. Tudo isso na perspectiva de elevar o nível de capacitação e qualificação
314 dos servidores. Antonio comunicou o fechamento dos informes gerais por parte da
315 gestão, e abriu espaço para manifestações ou sugestões dos conselheiros. O
316 conselheiro Marcus André Ribeiro Correia, terceiro titular, representante dos
317 servidores docentes, cumprimentou os demais colegas presentes, deu as boas-vindas
318 ao presidente do Consup e se manifestou quanto à discussão do pleito pelo curso de
319 Engenharia Agrônoma, reforçando que há mais de um ano a demanda vem sendo
320 discutida e pleiteada, e expôs sua solidariedade quanto à preocupação do presidente
321 do conselho acerca da oferta do referido curso. Marcus mencionou ainda que os
322 egressos serão os mais afetados, e que, principalmente por isso, a decisão quanto à
323 demanda deve sim ser uma preocupação do conselho. Antonio agradeceu a sugestão e
324 manifestação do conselheiro Marcus André, e informou que todas as comissões
325 questionadas já foram montadas e que na reunião do Colégio de Dirigentes – Codir –
326 do dia anterior foi discutida esta necessidade de uma reunião com todos os
327 representantes dessas comissões, inclusive dos cursos do *Campus* Araguatins
328 e *Campus* Dianópolis. Reforçou a importância da participação dos dois *campi* que já
329 oferecem o curso, na perspectiva de compartilharem as experiências e auxiliarem na
330 elaboração do projeto. Justificou que a sugestão dos ajustes nas matrizes
331 mencionadas anteriormente pelo conselheiro Marcus André não é possível, devido à
332 reformulação já realizada pelo Ministério da Educação – MEC. Com a palavra, o
333 conselheiro representante dos servidores técnico-administrativos Diogo Carvalho dos
334 Santos, primeiro titular, cumprimentou a todos, desejando-os as boas-vindas e
335 também se manifestou quanto ao pleito pelo curso de Engenharia Agrônoma. Citou
336 a percepção adquirida com o desenvolvimento do trabalho referente ao assunto
337 no *Campus* Palmas, reforçando sua grande preocupação com a questão desses novos
338 cursos de graduação, e inclusive com a necessidade de que as discussões e
339 solicitações das comissões passem por um parecer administrativo-financeiro de cada
340 unidade, para análise administrativa quanto à viabilidade econômica, manutenção e
341 consequentemente a construção de cursos mais maduros, com maior qualidade e
342 pontuação, e que sejam comportados pelas unidades ao longo dos anos. Reforçou
343 que, além do levantamento da necessidade de mercado, é necessária uma avaliação da
344 capacidade de cada unidade em ofertar e custear a abertura desses cursos, e sugeriu
345 que cada comissão tenha representantes ligados à área administrativo-financeira de
346 cada unidade a fim de fomentar informações mais relevantes e concretas para o
347 desenvolvimento de um projeto factível. Em sequência, Antonio agradeceu ao
348 conselheiro Diogo pelas observações, e destacou a heterogeneidade do cenário dentro
349 da instituição, informando que algumas unidades têm quadro de pessoal que
350 possibilita a participação na discussão neste sentido, outras talvez não. Inteirou que
351 cada unidade pode definir seu trâmite interno, mas salientou que o IFTO tem buscado

352 se resguardar como instituição e que, de agora em diante, todo Projeto Pedagógico de
353 Curso – PPC –, tramitado pelo conselho, passará pelo setor de planejamento
354 estratégico da unidade Reitoria, justamente na tentativa de obter um olhar sobre a
355 perspectiva de sustentação desse curso a médio e longo prazo, considerando o
356 impacto no mundo do trabalho, nos arranjos produtivos e também no orçamento,
357 tanto do ponto de vista do implemento orçamentário quanto do ponto de vista do
358 implemento de custeio com despesas. Informou que a Reitoria providenciará esta
359 análise, mas que seria muito interessante que uma primeira análise fosse conduzida
360 pelas unidades. Com a palavra, a representante titular da Federação dos
361 Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins
362 – Fetaet –, Ruth Caetano Cardoso, informou que, no período de 21 a 25 de maio de
363 2018, todo o conjunto do Movimento Sindical dos Trabalhadores estará acampado na
364 Universidade de Brasília – UnB –, promovendo o Encontro Nacional de Formação
365 com o tema “Transformar é Resistir”. Serão mais de mil participantes reunidos
366 durante esses cinco dias para discussão de diversos temas, alguns inclusive discutidos
367 na reunião de hoje, principalmente os relacionados aos campos da educação e
368 formação. Ruth pontuou que a escolha da universidade ocorreu em razão de esta ser o
369 berço do conhecimento, da sabedoria e de tudo que vem acontecendo. Ruth
370 compartilhou a percepção do desmonte retratado em relação a tudo aquilo construído
371 ao longo da história pela educação do povo do campo; afirmou sentir isso na prática e
372 no cotidiano, enfatizando que o debate trará diversas proposições que ao longo do
373 tempo serão impactadas em resultados de profundas negociações para o futuro. Disse
374 de forma extremamente categórica que o desmonte é proposital e está congelado
375 devido à evolução da educação no país, representada pelas melhorias e exigências por
376 mais qualidade. Ruth afirmou que resistirão e continuarão com o processo de
377 transformação, ressaltando que sua fala não é chavão, mas sim fato. Em momento
378 seguinte, o conselheiro representante suplente do Sindicato dos Trabalhadores em
379 Saúde no Estado do Tocantins – Sintras –, Neirton José de Almeida, cumprimentou
380 aos demais colegas e pediu licença, caso o momento não fosse o mais oportuno, para
381 comunicar aos colegas a participação do Sintras, no Encontro da Máquina da região
382 norte do Brasil, com o tema “Saúde do Trabalhador”. Dispôs sobre a importância e
383 urgência do assunto, tendo em vista que o Estado do Tocantins, o mais novo da
384 federação, dada sua vocação para o agronegócio, tem de enfrentar questões
385 relacionadas aos agrotóxicos e seus impactos negativos. Salientou que, apesar da
386 saúde do trabalhador ser de suma importância, ele tem sido o maior prejudicado com
387 esses impactos. Ressaltou que espera que o atual quadro que assola a região norte do
388 país seja superado, e expressou constrangimento ao mencionar a atipicidade do
389 Estado Tocantins, que já conta nos últimos dez anos com seis governadores, dezoito
390 secretários de Saúde, e um prefeito que conseguiu desativar um centro de referência
391 em saúde em Palmas, alegando falta de recurso. Neirton encerrou sua fala pontuando
392 que a mesma deve servir de alerta a todos, e agradeceu a todos pela atenção. Na
393 sequência, a conselheira Érika sugeriu que seja feito um termo de cooperação e
394 parceria entre o IFTO e a Secretaria de Agricultura para várias ações que estão sendo
395 articuladas por essa secretaria. Pontuou que um diálogo entre o Instituto e a
396 secretaria, com o objetivo de levantar os interesses dessa união, é de suma
397 importância. Prontificou-se a organizar e comparecer à visita para apresentação do
398 projeto e proposta, sugerindo à gestão aproveitar a visita ao *Campus* Dianópolis na
399 próxima semana para se reunirem, argumentando o quanto acredita nesta parceria.
400 Discursou sobre o projeto da secretaria desenvolvido na cidade Alto Bom Jesus,
401 próxima à Dianópolis - TO, mencionando o módulo de produção de caprinos, criado
402 com o intuito de difundir a atividade regionalmente. Comunicou que as associações
403 chegaram inclusive a receber matrizes e reprodutores. Informou que, apesar da

suspensão do projeto, a secretaria ainda possui toda a estrutura de aprisco, pastagem e escritório atualmente parados. Esclareceu que na área será construído um matadouro frigorífico para bovinos, ovinos e caprinos, com estimativa de abate de cinquenta cabeças por dia. Enfatizou que o projeto é do Banco Mundial, e que oito frigoríficos estão sendo construídos, sendo um deles na cidade de Ponte Alta - TO, no módulo de caprinos. Érika pontuou que esta é apenas uma das propostas da secretaria, e que, em conversa com a pró-reitora de Pesquisa e Extensão Paula Karini Dias Ferreira Amorim, percebeu-se quantos projetos podem ser desenvolvidos com esta união. Por fim, questionou o interesse do Instituto em se apropriar do local como *campus* experimental, propondo a visita. Comentou que muita coisa deve ser alinhada, inclusive a legalidade jurídica. Na sequência, Antonio agradeceu o apoio e a sugestão dada pela conselheira Érika, e informou que a instituição tem total interesse na parceria proposta, mas explicou que infelizmente para a segunda-feira, data da visita ao *Campus* Dianópolis, não seria possível por conta da agenda já estabelecida e ajustada. Pediu a compreensão da conselheira neste sentido, e se comprometeu a agendar o quanto antes uma visita inclusive com um grupo de colegas que tenham mais afinidade com o tema, com o objetivo de prestar melhor orientação e assessoria quanto à utilização da estrutura. Érika se pronunciou mais uma vez, informando que alguns trabalhos pontuais estão sendo desenvolvidos com outros colegas (Dêmis, Klauber, Pedro, Eustáquio), mas enfatizou a necessidade do desenvolvimento de algo institucional como o termo de cooperação, algo substancial, com maior profundidade, citou inclusive um mestrado. Aproveitando o ensejo, Érika fez o convite ao reitor Antonio para uma visita ao novo secretário da Seagro, ressaltando o objetivo comum entre os gestores de idealização de novos projetos. Antonio agradeceu mais uma vez a disponibilidade da conselheira Érika em contribuir com o Instituto, e informou que a Chefia de Gabinete do IFTO, a pedido dele, enviar-lhe-á uma agenda, da qual constarão três gestores para fazer parte da visita. Na sequência, após o encerramento das manifestações dos conselheiros, o presidente do conselho deu prosseguimento à pauta, iniciando a discussão do ponto dois – Aprovação da ata da reunião anterior. Após apresentação, o ponto foi submetido à votação, sendo aprovado com vinte votos favoráveis e uma abstenção. Na sequência, foram apresentados os pontos três, quatro, cinco, seis e sete, os quais foram aprovados por unanimidade, a saber: deliberação acerca da convalidação da Resolução *ad referendum* n.º 1/2018/CONSUP/IFTO, de 28 de março de 2018, que nomeou o servidor Carlos Frederico de Sousa Costa Gomes para exercer o cargo de chefe da Unidade de Auditoria Interna do Conselho Superior do Instituto Federal do Tocantins, conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o n.º 23235.002376/2018-38 ; deliberação acerca da aprovação dos Calendários Acadêmicos 2018 dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e subsequente do *Campus* Porto Nacional, do Instituto Federal do Tocantins, conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o n.º 23337.030149/2017-73; deliberação acerca da aprovação de alteração do projeto pedagógico do curso Técnico em Guia de Turismo, forma de articulação concomitante e subsequente ao ensino médio, na modalidade a distância, ofertado pelo *Campus* Palmas, do Instituto Federal do Tocantins, conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o n.º 23236.004084/2017-49. O professor Marcelo Terra pediu licença para fazer uma observação, e solicitou a substituição do documento n.º 0339025 (relatório), constante nos autos do processo, que não condiz com o projeto pedagógico mencionado. Antonio informou que providenciará a solicitação de substituição do documento. A conselheira Janaína, professora da área de Turismo do *Campus* Palmas, se manifestou explanando a proposta da reformulação do PPC, que tem como principal objetivo atender ao ensino

médio técnico na forma de articulação concomitante e ensino a distância. Informou a existência do PPC do curso na modalidade subsequente já aprovado, e que, por isso, a reformulação será somente para adequação, não tendo ocorrido mudanças de grade curricular, disciplinas e cargas horárias. Na sequência, o professor Marcus André expôs que a legislação dá prioridade para o curso técnico em libras e perguntou a disposição do *campus* quanto a essa necessidade. A professora Janaína respondeu ao questionamento, informando que o *campus*, apesar de ter condições de ofertar o curso em libras, não o fez por não ser obrigatório. Posteriormente, foi apresentado o ponto seis, deliberação acerca da aprovação do Regulamento do Programa Qualidade de Vida do Instituto Federal do Tocantins, conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o n.º 23235.000434/2018-99. Antonio comunicou a presença da servidora Tiara Cunha Silva, que está à frente do trabalho e também disponível para elucidar qualquer dúvida dos conselheiros. A conselheira Milene, representante dos discentes, indagou como serão desenvolvidas as atividades de enfermagem realizadas pelo programa no *Campus* Palmas, tendo em vista o déficit de enfermeiro no quadro da área técnica, e ressaltou que o técnico e o auxiliar de enfermagem do *campus* trabalham de forma irregular na profissão. Milene questionou como o *campus* procederá para sanar a situação, e se a solução se dará através de parcerias Reitoria/*campus*, ou *campus/campus*. Em momento seguinte, o presidente Antonio agradeceu a perfeita observação da colega e informou que, nesta seara, existem alguns caminhos possíveis, um deles é o mencionada pela colega, a parceria entre Reitoria e unidade, ou entre unidades da instituição que possuam esse profissional no seu quadro; outra possibilidade, é a resolução judicial, e informou que está em curso um processo judicial a respeito desse tema específico, que tende à obrigatoriedade de disponibilidade desta vaga ao *Campus* Palmas. Como terceira opção, citou que estão em curso negociações da movimentação de alguns servidores do *campus*, com vagas ofertadas em contrapartida ao *Campus* Palmas, especificamente nos quadros de analista de TI e de jornalista. Antonio ressaltou que a gestão do *Campus* Palmas, entendendo a prioridade desse atendimento, tem autonomia para preencher uma dessas vagas com profissional de enfermagem, o que solucionaria de imediato o problema. Em seguida, passou à deliberação acerca da Deflagração do Processo Eleitoral para escolha do diretor-geral do *Campus* Dianópolis, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, para o quadriênio 2018-2022, conforme artigo 13 do Decreto n.º 6986, de 20 de outubro de 2009, conforme autos do processo registrado no Sistema Eletrônico de Informações sob o n.º 23235.012581/2018-10. O presidente Antonio fez uma breve explanação aos conselheiros sobre o histórico do processo, advertindo que no IFTO há a previsão legal do processo democrático de escolha dos gestores de cada unidade, direito adquirido pelas unidades a partir dos cinco anos de funcionamento de cada uma delas, à exceção dos *campi* avançados que possuem outra legislação. No caso do *Campus* Dianópolis, completaram-se os cinco anos maturidade no dia 23 de abril, e a comunidade tem o direito de fazer o processo para a escolha do gestor definitivo. Antonio informou que até então o gestor do *campus* era *pro tempore*, estando subordinado à Reitoria; após a eleição, o diretor eleito terá autonomia administrativa. Informou que, de acordo com a legislação, cabe ao Conselho Superior deflagrar o processo eleitoral; por isso, o ponto de pauta foi convocado e adicionado à reunião. Uma vez deflagrado o processo eleitoral, passa-se à unidade a responsabilidade de compor a comissão eleitoral, bem como definir o cronograma e a execução do processo. Somente ao final dos trâmites do processo, o conselho fará a deliberação quanto à legalidade e promulgará o resultado definitivo. A legislação prevê o prazo máximo de até 90 dias para execução deste processo a partir da sua deflagração. A conselheira Ruth se manifestou perguntando se todos os

508 procedimentos (composição de comissão, definição de cronograma e execução) do
509 processo eleitoral são automáticos quando deflagrado o processo pelo Conselho
510 Superior. Antonio informou que, a partir da deliberação do conselho, deflagrando o
511 processo, a unidade será comunicada formalmente e a partir daí tem-se o prazo
512 máximo de 90 dias para concluir os trâmites do processo. Ao final, após a apuração
513 dos votos, a unidade remete o processo à Reitoria para análise e promulgação do
514 resultado final. Em seguida, passou-se à deliberação. Na sequência, Antonio
515 comunicou a substituição da secretária do Conselho Superior, agradeceu à servidora
516 Eleuza Rodrigues Rocha pelo tempo de trabalho no conselho e pela habitual presteza,
517 e deu as boas-vindas a Rosseane Elysa Ferreira Barbosa como nova secretária do
518 Consup. Com a palavra, Eleuza agradeceu a todos os conselheiros pelo tempo de
519 convívio, aprendizado e troca de experiências. Desejou boa sorte a todos na
520 continuação do biênio 2017-2019 e sucesso no desenvolvimento dos trabalhos do
521 conselho. Não havendo mais nada a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos
522 e encerrou a reunião, e eu, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, secretária do Conselho
523 Superior, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada por
524 mim, pelo presidente e pelos membros deste conselho que compareceram à
525 reunião. Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e
526 Tecnologia do Tocantins.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio da Luz Junior, Presidente**, em 11/07/2018, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, Secretária**, em 11/07/2018, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Milene Ana Silva Araujo Wermuth, Conselheira**, em 11/07/2018, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Cristina Gonçalves Gomes, Conselheira**, em 12/07/2018, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael de Jesus Costa, Conselheiro**, em 12/07/2018, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luís Henrique Cirqueira da Silva, Conselheiro**, em 13/07/2018, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Pereira Soares da Rocha, Conselheiro**, em 19/07/2018, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Andre Ribeiro Correia**,



Conselheiro, em 25/07/2018, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando de Paula e Silva, Conselheiro**, em 08/08/2018, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **William de Sousa Dias, Conselheiro**, em 09/08/2018, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wily Rosario da Silva, Conselheiro**, em 13/08/2018, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Estéfane Lara Lopes Rodrigues, Conselheira**, em 20/08/2018, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Carvalho dos Santos, Conselheiro**, em 23/08/2018, às 07:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dirce Betânia de Oliveira Faustino, Conselheira**, em 24/08/2018, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Dias Pajeu Nascimento, Conselheira**, em 27/08/2018, às 23:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miquéias Alves da Rocha César, Conselheiro**, em 03/09/2018, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0389407** e o código CRC **0966BC80**.



Avenida Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08 - Plano Diretor Sul
CEP 77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.iftto.edu.br - conselhosuperior@iftto.edu.br